

---

COPENHAGUE – Discussão do GAC sobre políticas de novos gTLDs (continuação)

Sábado, 11 de março de 2017 – 17h às 18h30 CET

ICANN58 | Copenhague, Dinamarca

CHAIR SCHNEIDER:

Por favor, tomem seus assentos, vamos continuar.

Bem, nós precisamos começar, ou continuar, na verdade. Nós temos a segunda parte da sessão de novos GTLDs, aqui entrando em mais detalhes sobre a experiência que foi sobre o trabalho encomendado sobre a primeira rodada, a experiência da primeira rodada.

Voltando depois do intervalo, depois estamos chegando no fim do primeiro dia, essa sessão sobre novos gTLDs é o primeiro de 3 tópicos específicos que vamos discutir aqui em Copenhague, e o tópico é como a ICANN vai lidar com essa nova rodada de gTLDs.

Bom, voltando à época de quando foi escrito o manual dos solicitantes, a experiência da rodada atual dos novos gTLDs revisou vários problemas, várias deficiências e inconsistências no processo, para avaliar e priorizar as solicitações de novos gTLDs pela comunidade. Isso já foi bem documentado, mas nas nossas discussões do GAC vimos as consequências desses problemas e houve uma falha em saber dos problemas ou das

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

novas oportunidades a serem criadas pelas novas rodadas, criando um local para se reunir online, de ter um domínio de topo, estamos falando de uma ampla gama de diferentes tipos de comunidade em termos de diferenças sociais e culturais, e também associações comerciais e outras entidades não comerciais, que tem dificuldade por não ser capazes de que suas ambições sejam colocadas em prática, e também processos de incerteza de como e quando poderão realizar seus objetivos, e também a questão de comunidades de poucos recursos, às vezes tem contenciosos e com competições ou concorrência com outras partes totalmente comerciais. Então, muitas vezes, na ala dos leilões, eles estão em desvantagem.

Como vocês lembram da reunião de Hyderabad, há relatório que foi encomendado pela comissão europeia sobre a sua análise ampla de vários problemas, há várias recomendações nesse relatório com o objetivo de evitar a repetição ou recorrência desse problema no futuro nos processos ou rodadas futuras.

Temos aqui cópias impressas do relatório, aqui na sala eu não sei se ainda sobrou alguma, e em fevereiro eu enviei um aviso sobre a disponibilidade do relatório para preparar para essa sessão, e recomendei então que se concentrassem nas recomendações, eu disse que nos comunicados de Hyderabad, que o GAC ia levar em consideração a visão do relatório como

---

contribuição para o trabalho de elaboração de políticas de novos gTLDs, e nessa sessão temos a oportunidade de revisar as recomendações feitas no relatório pela comissão solicitada pelo conselho europeu, e decidir se o GAC deve expressar essas recomendações do relatório no PDP. E, podemos então talvez fazer uma declaração no comunicado de Copenhagen. Felizmente, um dos assessores jurídicos que foi autor do relatório está aqui conosco. Eve Salomon está aqui e vai falar sobre as recomendações e vai solicitar então comentários e perguntas.

À minha esquerda está Elvana Thaci, que é representante do conselho europeu, que está aqui como observador no GAC. Eu pediria então que a Elvana, em primeiro lugar, falasse sobre o contexto do relatório, talvez o que seja novo do GAC, não conheça essa área, e seria útil que o conselho explicasse por que eles decidiram encomendar essa análise e publicar o relatório com as recomendações. Então, eu vou passar para Elvana, que vai falar um pouco sobre isso.

ELVANA THACI:

Obrigada, Mark, muito obrigado pelo GAC me convidar para apresentar aqui o trabalho sobre as solicitações de novos gTLDs pela comunidade.

---

Como observador no GAC da comissão europeia, somos observadores do conselho europeu desde 2012, baseado um mandato pela agência ou pelo órgão superior, que é o conselho de ministro, e a nossa missão é auxiliar e fornecer aconselhamento para os 47 membros do conselho europeu, que também são membros do GAC, para incentivar a devida consideração dos direitos humanos, direitos fundamentais e padrões de liberdade de direitos humanos internacionais no contexto da elaboração de políticas da ICANN.

Então, nós publicamos 2 relatórios para o GAC sobre liberdade de expressão e de reunião em 2012, e que estavam especificamente relacionados para a preparação da primeira rodada. Em 2014, há um relatório sobre direitos humanos mais amplo, e este relatório agora, que está apresentado hoje, e como ponto de partida, eu gostaria de dizer que em 2012, eu acho que na verdade em 2011, o comitê de ministros fez uma declaração sobre nomes de domínio, e liberdade de expressão e associação, e diz que os nomes de domínio que são ferramentas, que podem ser usados por indivíduos, grupos de indivíduos e comunidades, para que se expressem de forma coletiva quanto a causas comuns.

Não devem ser considerados apenas por sua função de endereços, mas também pelo valor que têm para expressão, então por isso é importante que os direitos de liberdade de

---

expressão e de associação nesse contexto sejam levados em conta sem discriminação. O princípio de não discriminação é essencial nos direitos humanos inicialmente demos o apoio no Webinar sobre a proteção de minorias e grupos vulneráveis e isso gerou um acordo geral dos que participaram do Webinar, inclusive membros da diretoria da ICANN, de que as políticas e procedimentos da ICANN devem ser os mais claros, justos e razoáveis das paredes possíveis para aumentar a previsibilidade, garantir a consistência, processo devido e eliminar a discriminação e impedir que haja uma competição indevida. Os objetivos do relatório serão apresentados daqui a pouco pela Eve, e esse relatório tem 2 objetivos, analisar as solicitações da comunidade, especialmente os processos da ICANN que lidam com objeções da comunidade e a prioridade, avaliação da prioridade das comunidades do ponto de vista de direitos humanos, liberdade de expressão, associação e não discriminação, e de processo devido. Em segundo lugar, contribuir para o processo de elaboração de políticas, o GNSO, sobre solicitações da comunidade e direitos humanos. A Eve vai explicar melhor, mas as principais conclusões do relatório são que há alguns pontos fracos nos processos que podem afetar os direitos humanos, e o relatório destaca que a priorização das comunidades seja bem elaborado, ou não está suficientemente desenvolvido ainda nas diretrizes atuais do manual dos solicitantes.

---

O relatório também considera que o entendimento da ICANN do interesse público não é suficientemente claro, especialmente em relação a tipos de indivíduos e grupos, e se recomenda a reavaliação. Então, a reavaliação do processo de inscrição da comunidade ou de solicitação da comunidade para então dar maior sustentação à diversidade e pluralidade da internet.

CHAIR SCHNEIDER: Vou passar então direto para Eve.

EVE SALOMON: Muito obrigada. Primeiro slide por favor. Eu vou mantê-los acordados por 1 hora depois desse dia tão longo, e aqui nesse slide apresentei os 3 achados principais no relatório.

Tivemos uma série de revisões no processo da ICANN de solicitações e o que a ICANN deve fazer é uma ideia clara do que significa ICANN para uma comunidade nesse contexto. Fica claro que todo o processo de licitações da comunidade foi criado com boas intenções, mas sentimos que a falta de clareza sobre os valores de interesse público realmente não levaram aos resultados desejados. Houve 84 aproximadamente solicitações na rodada, houve 46 que não foram contestados, que foram de nomes de marcas, geográficos, e nomes de domínio internacionalizados, mas 27 entraram em processo de

---

contestação, e só 5 foram bem-sucedidos no processo de avaliação de prioridades da comunidade. Esse baixo sucesso garante que façamos uma nova avaliação. Devemos revisar o processo e os objetivos para o interesse público global.

Então, a ICANN poderia participar para evitar os especuladores, e então há uma recomendação específica aqui que serve para remediar essas descobertas. Vamos para o slide seguinte.

Temos muitas recomendações que aqui vou analisar. Algumas são bem fáceis, diretas, e eu quero comentar primeiro que nós não pedimos que vocês apoiem essas recomendações, não devem apoiá-las nem devem concordar com elas. O que estamos pedindo é perguntando a vocês se são recomendações que o PDP deveria ou não deveria observar. Então, aqui se trata de considerar essas recomendações de uma maneira mais profunda do que vocês costumam fazer.

E também queremos comentar que todas essas são questões, que todas elas deveriam ser consideradas na próxima rodada de gTLD ou PDPs correspondentes, então primeiro devemos definir o que é a comunidade de maneira clara, e consistente, e eu vou ler essas 3 definições.

Primeiro, é definir uma definição clara e consistente sobre a comunidade e fornecer clareza sobre valores de interesse público dos TLDs da comunidade, e acho que já falei sobre isso

---

antes. E segundo, reavaliar os critérios e orientações formulados nas orientações da AGB e CPE, considerando o espírito das recomendações de política da GNSO. Eu quero lembrar que essas recomendações normativas da GNSO pedem às comunidades uma coisa que é muito difícil de definir para todos, e é que essa base tão ampla, essa noção tão ampla realmente ficou muito limitada, e por último, instruir e treinar aqueles tomadores de decisões delicados, com especialistas e painéis que decidem sobre as objeções, e a CPE para interpretar os casos à luz dos objetivos das solicitações da comunidade.

São 13 recomendações, pedem por clareza, e uma maior clareza e também para que todas as orientações diferentes sejam alteradas considerando tudo isso e que os especialistas que tem uma delegação façam recomendações, é só isso.

MARK CARVELL:

Muito obrigado. Estamos aguardando os comentários e perguntas, vejo alguém aqui, comissão europeia levantou a mão.

COMISSÃO EUROPEIA:

Muito obrigada pela apresentação. Eu queria mencionar que quanto a proteção de alternativas de consumo e concorrência na revisão, observamos que o processo de objeções, a maneira

---

em que a comunidade trabalhou com as avaliações sobre prioridades, e também uma moção, o relatório da moção de ombudsman, também o relatório do conselho europeu, e acho que devemos recomendar que essa questão fosse revisada profundamente pelo grupo de PDP, vocês todos tiveram a oportunidade de ler esse relatório do CCT , mas acho que isso deveria ser estudado mais em detalhe. Muito obrigada.

EVE SALOMON: Obrigada.

Irã.

IRÃ: Obrigado. O conselho europeu disse que a ICANN não compreende corretamente a questão do interesse público. Talvez poderíamos mudar um pouco isso, como foi dito, e o que eu diria é que não houve um acordo quanto a achar uma definição sobre o que é interesse público. É uma referência de alto nível, muito alto nível, e está nos artigos de constituição e também se encontra na reunião anterior de acordo entre a IANA e os Estados Unidos sobre o que é interesse público, então temos referencias de alto nível, isso não significa que a ICANN não entenda o que é isso, mas que é muito difícil chegar a um acordo sobre o que é precisamente o interesse público.

---

Esse é o primeiro ponto que eu queria destacar, e segundo você mencionou uma declaração com a ICANN, não entende a comunidade, uma questão muito estranha. Essa é uma questão que já temos debatido, uma questão que tem a ver com, em terceiro lugar, o fato de que o GAC não apoia essa recomendação mas sugere que essa questão seja considerada pelo processo PDP. E por que que vocês não perguntaram isso antes diretamente para o grupo de trabalho e para o PDP, e por que vocês não perguntaram antes? Esse é um grupo aberto, consideramos todas as propostas individuais e da comunidade, então eu acho que vocês deveriam receber sugestões do GAC para uma proposta nesse sentido. Então, para formular se vocês querem que algumas ações sejam adotadas, tudo bem, mas não mais do que isso. O GAC não está numa posição de fazer definições sobre o que é o interesse público, nem também estamos numa posição pela qual não entendamos o que é essa questão do interesse público. O GAC vai autorizar uma expressão suave para isso com sugestões, mas não pode dar uma definição. Muito obrigado.

EVA SALOMON:

Muito obrigada, eu quero esclarecer que nunca dissemos que pensávamos que a ICANN não entendia o que era o interesse público ou das comunidades, o que nós sugerimos é que seria muito útil que a ICANN tentasse ter uma maior clareza sobre os

---

objetivos dos interesses públicos. É uma questão bem diferente, a ICANN sim tem objetivos de alto nível, mas quanto especificamente aos objetivos das solicitações das comunidades aqui, consideramos que seria bem útil que a ICANN entendesse melhor esse conceito de interesse público, e quanto às comunidades, vou dar alguns exemplos sobre diferentes definições de comunidades. Como disse, a intenção da GNSO original é que a comunidade defina-se a si mesmo, e para ser elegível por outros grupos e as comunidades devem demonstrar ter algumas características para serem elegíveis e elas variam muito segundo os processos diferentes da ICANN. E essa questão, há diferentes definições dentro da comunidade, em todos os processos, e por último, e por que que nós trouxemos aqui diretamente ao GAC ao invés de ir para o PDP, é simplesmente porque nós, o conselho europeu, somos observadores aqui no GAC, e queríamos transmitir essa ideia e dar essa primeira oportunidade ao GAC. Muito obrigada.

MARK CARVELL:

Temos uma pergunta da Bélgica.

BÉLGICA:

Só para esclarecer, porque efetivamente nós devemos constatar que as definições de comunidade são difíceis de tratar pela ICANN, mas há também a questão da comunidade comercial e

---

também da comunidade apresentando o interesse geral. Não podemos tratar todas as comunidades da mesma maneira, as comerciais e as não comerciais. Não podemos falar de um interesse geral para todas as comunidades. Vocês estabelecem essas diferenças no relatório?

EVE SALOMON:

Realmente, eu quero deixar bem claro que não estamos aqui procurando propor, falar em solicitações orientadas só ao aspecto comercial como maneira de qualificar essas solicitações, mas poderíamos falar de solicitações da comunidade e solicitantes da comunidade que são motivados pelo lucro, e isso é bem possível, mas com as comunidades às vezes também temos outro benefício que é beneficiar a comunidade que eles representam. Enquanto solicitante genérico, às vezes pode não estar trabalhando para uma comunidade específica, não é fácil definir isso, mas eu queria esclarecer um pouco por que nós fizemos essa distinção.

MARK CARVELL:

Elvana, você quer dizer alguma coisa? Porque depois devemos ir para o seguinte ponto.

---

ELVANA THACI:

Eu só queria comentar um pouco o que disse o representante do Irã. É pelo mesmo motivo que mencionamos antes, que somos observadores do GAC, eu queria dizer que todas essas questões estão misturadas com a questão de direitos humanos que discutimos aqui. Há uma interseção entre os 2 aspectos. Há membros do conselho europeu aqui, há membros que também estão aqui no GAC que devem defender os valores dos direitos humanos e devem considerar os direitos humanos sempre que prepararem alguma recomendação dentro da ICANN, e então o objetivo por ter feito esse relatório foi esse, queremos conscientizar, queremos trazer esse debate dos direitos humanos à mesa de discussões, e esse é nosso objetivo como um todo. Muito obrigada.

EVE SALOMON:

Vamos passar para o slide seguinte.

Há 10 recomendações aqui, eu vou ler em partes para dar clareza sobre os custos esperados para objeções da comunidade e buscar reduzir esses custos. Então, não foram revelados esses custos. Mas foi nos revelado que isso chega a centenas de milhares de dólares, e segunda objeção, avaliar a possibilidade de fazer uma objeção coletiva da comunidade e isso também está ligado a custos, muitas vezes uma única empresa ou comunidade individual não pode fazer isso sozinho.

---

Em terceiro lugar, avaliar se isso é possível e desejável que certas organizações dentro da ICANN como a ALAC e o GAC possam entrar como objeção, e quarto, introduzir um programa de controle de qualidade para garantir uma consistência máxima previsível. Então, vendo quem pode ser considerado um objetor e quem não. Achamos que ter um processo de controle de qualidade independente pode ajudar isso. Há algum comentário ou pergunta sobre isso, senão eu vou passar adiante.

Na verdade, temos uma pergunta.

PALESTINA:

Eu gostaria de comentar sobre o slide anterior, fica muito claro que os usuários da ICANN, e ter os usos da ICANN, a palavra comunidade em todas publicações da ICANN, há certas discrepâncias que tem que ver com sua interpretação. Todos têm o seu papel na tomada de decisão da ICANN, então como que a ICANN pode determinar o interesse público se não há um acordo específico ou se não há consenso sobre qual é a definição de comunidade?

EVE SALOMON:

Eu sei que a ICANN constantemente fala da comunidade da ICANN, e aqui estamos falando das solicitações da comunidade.

---

A primeira palavra, mas tem um significado totalmente diferente, porque a comunidade da ICANN é a reunião de indivíduos, grupos, órgãos legais, e estados que constituem a ICANN, e os stakeholders dentro da ICANN, as partes envolvidas enquanto as solicitações da comunidade têm outro significado completamente diferente. Tem a ver com o processo que a ICANN desenvolveu para dar às comunidades, que não são as comunidades da ICANN, mas são outras comunidades, preferência quando solicitam cadeias de caracteres que podem ser contestadas.

Eu acho que você está certo em indicar essa confusão, e é por isso que sugerimos que a ICANN redefina o que significa comunidade nesse contexto das solicitações da comunidade.

MARK CARVELL: Agradeço a Palestina por essa pergunta.

EVE SALOMON: Então, passando para as objeções da comunidade, número 5, então expor os padrões implícitos que influenciaram os tomadores de decisões delegados nas suas decisões, e avaliar o quanto esses padrões correspondem ao objetivo dessas solicitações da comunidade. Então, tem havido várias inconsistências em relação às objeções, e por que algumas são

---

recusadas, e por que que consideram que o objeto não tem uma posição adequada, estatuto adequado para isso, e número 6, introduz um mecanismo de apelação que possa examinar o conteúdo e a justiça do processo, ou se o processo é justo, não só nessa parte do processo de solicitação, mas no CPE subsequente.

Alguma pergunta ou comentário sobre isso? Sim?

IRÃ:

Não é uma pergunta, mas eu sugiro que vocês revisem e considerem as perguntas preliminares que foram recentemente publicadas no primeiro documento, na minuta do documento do GT do PDP, sobre nova rodada de gTLDs que foi discutida na terça-feira. Então, é uma boa forma de comentar quando durante o período de comentários públicos e não só no GAC, nós somos só 47 países, então não podemos dizer, “Bom, levem em consideração e tomem alguma medida em relação a isso”. Então, temos esse documento de 30 páginas de comentários de acho que vocês devam considerar isso. Obrigado.

EVE SALOMON:

Obrigada. A questão da apelação não é nova para o GAC, porque o GAC já fez essa proposta para a diretoria da ICANN. Então, passando adiante, reconsiderar os padrões sobre revelar o

---

propósito da transparência da ICANN e os tomadores de decisão delegados e garantir remediação efetiva, no caso de não revelação. Houve várias alegações de que especialistas que estavam em painéis tinham potenciais conflitos de interesse em relação ao que estavam julgando, então eu acho que deve haver mais transparência já desde o início, e garantir que tanto os tomadores de decisão delegados quanto a diretoria da ICANN sejam responsabilizados por decisões tomadas por terceiros indicados ou sob autoridade da diretoria. Então, há uma lacuna entre os tomadores de decisões delegados e a diretoria da ICANN e a diretoria diz que não temos meios de garantir o que os nossos especialistas estão dizendo, então ninguém é responsabilizado, e isso cai, as queixas caem num vazio.

O número 9 é semelhante, de garantir que pesos e contrapesos estejam estabelecidos para a diretoria, a fim de garantir que a diretoria da ICANN e os tomadores de decisão delegados hajam interesse público global sob a lei de direitos humanos internacional. Muitas comunidades acham que esses especialistas que quando fazem suas objeções têm especializações específicas em relação ao tópico da comunidade, e isso não está explicitado pela ICANN. Talvez não seja necessário ter essa especialização, mas talvez tenha que ser levado em conta, e deva ser claro, como mencionamos no item 10.

PALESTINA:

É muito importante considerar que no futuro haja uma solução prática para os novos gTLDs é só um processo comercial? Já foram lançados mais de mil novos gTLDs e isso nem todos foram bem-sucedidos, houve um gasto enorme sem obter um benefício, então ver se há de fato necessidade de novos gTLDs por causa das mais de mil gTLDs, dos mais de mil gTLDs lançados causaram turbulência no setor.

EVE SALOMON:

Bom, o PDP está considerando essa questão, muito obrigada.

Então, passamos para o próximo slide, avaliação de prioridades da comunidade, é um processo através do qual que se uma comunidade solicitante estiver em contencioso por uma cadeia de caracteres que solicitou, pode, se quiser, entrar na chamada avaliação de prioridade da comunidade. Então, as comunidades passariam no teste de um limiar, elas têm prioridade para essa cadeia contenciosa, então vendo alguma das recomendações desse processo, em primeiro lugar, considerar reduzir os custos para os solicitantes da comunidade para futuras rodadas de gTLDs e dar estimativas de custos para defender essas solicitações. Foram 22 mil dólares na verdade e aumentou de 10 mil para 22, mas na verdade como muitas das solicitações foram contestadas, ou entraram no processo de objeção, vários

---

solicitantes estimaram que houve um custo de 1 milhão de dólares e parte disso foi pago à ICANN ou a custos relacionados à ICANN. E 2, estabelecer mecanismos para haver mais clareza para que os solicitantes possam planejar os seus custos. Então, isso é muito semelhante quanto ao processo de objeção da comunidade, e considerar se a ICANN deve fornecer assistência dos seus próprios funcionários às solicitantes da comunidade. A ICANN, eles se mantiveram à margem do processo, mas eu acho que se deve pensar que nem sempre essas comunidades, os solicitantes não são profissionais e deveriam receber alguma assistência da ICANN. Há alguma pergunta até agora? Então, os próximos 2.

Então, manter os solicitantes da comunidade informados sobre qualquer coisa que afete o progresso da sua solicitação para facilitar o processo devido, eles devem ter a oportunidade de contribuir em questões como os mecanismos de prestação de contas instituídos pelos terceiros. Então, nós achamos que se houver um mecanismo de prestação de contas, com uma objeção ou RP, instituído por terceiros, os terceiros, as solicitantes nem sempre estão incluídas e devem ter oportunidades de ser. Temos um conjunto, é necessário ter um conjunto de definições ou orientações que funcione entre diferentes processos da ICANN, introduzir um processo de controle de qualidade e ter a revelação completa das avaliações

---

feitas pelo EIO. Então, no contrato inicial entre o EIO e a ICANN dizia que deveria haver um processo de qualidade independente, mas nunca foi implementado, então para garantir a consistência e garantir para os solicitantes que há um processo de controle de qualidade independente, seria uma excelente ideia. Alguma pergunta até aqui? Então, aos últimos 2, em futuras rodadas de gTLDs, deve haver, que não haja uma orientação post-hoc, poderia dar a impressão de que não foi justo. Bom, isto pode ter sido muito bem feito, mas parece que o objetivo ou que a regra foi mudada no meio do caminho. E finalmente, condições de registro completo incluindo elementos-chave da solicitação e qualquer compromisso de interesse público adicional devem ser publicados para permitir o monitoramento contínuo pelos stakeholders, para garantir o cumprimento pelo solicitante à comunidade a qual ele pertence. Isso permite maior autorregulação da comunidade em si para garantir que os seus registradores sejam transparentes e responsabilizados. Alguma pergunta em relação a isso?

Temos aqui uma pergunta.

EUROPEAN BROADCASTING UNION: Muito obrigado, sou da União Europeia de broadcasting Union, obrigado ao conselho europeu por ter feito esse relatório, muito oportuno e importante para esta fase do

---

processo. Sobre o futuro dos gTLDs, sim, tenho uma pergunta, essa ideia de controlar as condições para solicitações e um engajamento da comunidade é algo que as pessoas da ICANN fazem permanentemente e tem feito ao longo do tempo ou só para o período de exame?

EVE SALOMON:

Não, o objetivo é que isso seja publicado em relação a um solicitante que obtiver o que está solicitando, então no futuro deve haver mecanismos que garantam uma maior transparência e prestação de contas entre um solicitante bem-sucedido e a comunidade que está servindo. Uma maneira de fazer isso é publicar os compromissos para que a comunidade saiba mais como pedir prestação de contas a esse solicitante para a comunidade.

Mais alguma pergunta? Bom, vamos para o slide seguinte então. Seguinte slide. Essa é apenas uma recomendação, aqui nesse slide é bem mais fácil, e é sobre mecanismos de prestação de contas. Vocês conhecem já esses mecanismos básicos propostos pela ICANN, mas achamos que isso não é muito útil quando temos o caso de solicitações que são recusadas. Então, já propomos para o board da ICANN de ter apenas um mecanismo que considerem questões de fundo e também de procedimento. É uma maneira, então, de evitar que um mecanismo de

---

apelações seja utilizado eficientemente como órgão de decisões principais ao introduzir um processo similar para o processo atual de engajamento cooperativo, que procuraria limitar a fundamentação da apelação. Então, para termos esse processo eficiente, vamos precisar de mais transparência no processo de decisões em primeira instância, e apenas uma sugestão, isso já foi sugerido pelo GAC, então, agora fico aberto a perguntas sobre essa questão.

Se não tiverem perguntas, vamos para o último slide, que são uma série de recomendações surgidas nas nossas discussões com a equipe da ICANN, os solicitantes da comunidade e alguma outra aqui que são a nossa proposta. A última talvez seja a que mais considere, mas todas elas são ideias que valeriam à pena levar em conta. A primeira é considerar primeiramente as solicitações das comunidades. Isso foi sugerido por algumas das pessoas da equipe da ICANN, e é quem no gTLD os solicitantes da comunidade realmente são os primeiros a serem observados e antes as solicitações genéricas. São as que tem preeminência então. Essa é a ideia, e segundo, considerar se o modelo aplicado para TLDs geográficos poderiam oferecer possibilidade também para os CBAs. E, se consideramos as regras e também o AGB para nomes geográficos, e sugerimos continuar meditando sobre esta possibilidade de estabelecer uma obrigação de consultas prévias com as entidades de organizações que já

---

estão credenciadas como representantes de comunidades, por exemplo UNESCO, IOC e outras organizações. É uma ideia, já foi apresentada, vale à pena considerá-la para as novas rodadas de gTLDs no futuro. Terceiro, considerar convidar as solicitações em lotes escalonados para gerir o fluxo de trabalho. Isso é para o caso do último conjunto de gTLDs realmente em que houve problemas porque chegaram mais do que tínhamos antecipados, então seria bom um processo escalonado e com expressões, manifestações de interesse de apresentar também uma solicitação e isso seria bom, enviar essas manifestações de interesse em cadeias, e a ICANN poderia publicitar as cadeias também em conjuntos e esse processo ajudaria muito a ICANN para administrar seu trabalho, e facilitaria muito as coisas. Ajudaria com os tempos, com a administração dos solicitantes e das cadeias, e também estariam cumprindo com o princípio 9 da GNSO de termos um processo mais claro de solicitações.

E também considerar se é uma forma de certame de beleza para todas as solicitações, isso funcionaria bem, porque na última rodada, talvez vamos observar de novo o que foi feito, e ao invés de ter um padrão muito alto, poderíamos considerar todas as solicitações e considerar um princípio de referência para todas as solicitações. Para todos os solicitantes, rever todas elas juntas e determinar qual é a que tem mais necessidade, de acordo com critérios de seleção. Então, seria importante para

---

esse tipo de certame de rainha da beleza que realmente esse processo seja transparente, que seja claro, e que possa haver uma prestação de contas sobre ele.

Então, por último, considerar, criar uma via da comunidade inteiramente diferente que incluiria restrições para registro de solicitantes, e seria uma garantia para que os solicitantes prestassem contas às suas comunidades e fornecessem um benefício genuíno para suas comunidades. Eu não sei se alguém aqui está envolvido com autoridades regulatórias ou governos, que tem uma mídia da comunidade, rádio da comunidade, por exemplo, TV da comunidade, que isso serviria para o processo comunitário de solicitações comunitárias, e então, eu deixo aqui o espaço para perguntas.

MARK CARVELL:

Parece que aqui ficaram um pouco estonteados pela eficiência de todas essas recomendações.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigada pela apresentação, o documento é muito útil, especialmente nessa etapa de elaboração dos PDPs, e nas deliberações no GAC. Talvez vocês já ouviram que no GAC temos um grupo de trabalho que analisa o que acontece com os nomes geográficos. Houve problemas com alguns nomes geográficos

---

que não estão em nenhuma lista, que causaram objeções, houve problemas entre alguns governos e solicitantes, estamos tentando encontrar maneiras de lidar com isso entre as partes, e talvez você poderia explicar mais o ponto 2 sobre qual seria o modelo aplicado para TLDs de nomes geográficos com possibilidades para CBAs.

Eu quero contar isso apenas como uma pequena história. Muitas pessoas chegaram até o GAC perguntando sobre a questão de nomes geográficos, e por que não foram solicitados pelos países com base comunitária e não de forma individual como apresentado pelo governo. Nós achamos que talvez nessa nova rodada futura, deveríamos considerar isso e seria uma possibilidade fazer apresentações comunitárias.

EVE SALOMON:

Então, muito obrigada, Olga. Eu acho que aqui o critério é encorajar os processos de PDP para que sejam mais amplos, e para que os solicitantes comunitários sejam levados em conta porque eles podem participar muito ensinando sobre diferentes aspectos os nomes geográficos. Como, por exemplo, Osaka que é um nome geográfico, e também para outros nomes geográficos, Osaka como cidade do Japão, e também uma série de questões que poderiam ser aprendidas aqui. Uma por exemplo é disponibilidade de que as organizações reconhecidas

---

internacionais verifiquem a boa-fé dos solicitantes comunitários, então, por exemplo para o caso da UNESCO, poderia existir a postura de haver uma confirmação de que um solicitante comunitário realmente estava representando um grupo étnico específico, por exemplo.

MARK CARVELL:

Muito obrigado.

Temos aqui outra pessoa que quer falar. Tailândia primeiro.

TAILÂNDIA:

Alguns aspectos que você mencionou sobre o GAC ou ALAC é que é necessário poder entender as objeções da comunidade e entender o AGB como ele oferece mecanismos de alertas precoces e aqui é uma série de pontos que vocês já levantaram e sempre devemos levar em conta entre comunidades GEO e aqueles que categorizam, se categorizam, estabelecendo se elas são realmente solicitações comunitárias e solicitações geográficas talvez, que exigiriam algum tipo diferente de documentos de suporte para as solicitações, e também poderia haver objeções para os países correspondentes, em termos geográficos, porque também ter mais para os solicitantes que poderiam ser consultados, e talvez isso poderia ser publicado. Temos o caso, por exemplo, do ministério da educação, que não

---

conhecia muito da internet em detalhe, emitiu um relatório ou um apoio, carta de não-objeção, e é uma questão legítima de Governo, mas é uma questão que deve ser melhorada porque pode trazer problemas. Devemos lidar com isso, especialmente quando falamos uma organização internacional envolvida especialmente para nomes geográficos e TLDs, por exemplo, para as nações unidas, sabemos que lá há um grupo de especialistas que lida com nomes geográficos, mas eles não têm manuais de solicitantes pelos novos gTLDs. Por exemplo, para países que tem caracteres diferentes, os caracteres latinos não romanos. Então, devemos tratar todas essas questões a partir das experiências e especialmente se haverá novos solicitantes nas próximas rodadas com mais complexidade ou se há países que não utilizam o inglês como língua padrão.

EVE SALOMON:

Obrigada.

PALESTINA:

Desculpem, eu acho que o primeiro ponto nós possamos abordar o nome comunidade, será que podemos especificar o que significa comunidade? Em segundo lugar, quando há o processo de solicitação, qual é o método de solicitação, o mecanismo de solicitação é muito diferente do que acontece na realidade. Eu acho que a solicitação tem a ver com a

---

proximidade com o GTLD, eu gostaria que me esclarecessem sobre isso.

EVE SALOMON: Especificamente sobre os processos distintos que a ICANN desenvolveu para as comunidades, então se você solicitar como um solicitante comunitário, você tem prioridades sobre um solicitante genérico. Eu sei que a palavra comunidade é bastante confusa, mas é um processo bastante específico que dá prioridade à solicitação de solicitantes que pode comprovar que representam uma comunidade.

MARK CARVELL: Brasil.

BRASIL: Muito obrigado. Eu gostaria de fazer um comentário geral sobre o relatório como um todo, eu gostaria de agradecer pelo relatório e parabeniza-los porque eu acho que esse é o tipo de reflexão necessária. Quando estamos tentando elaborar as regras que vão se aplicar na próxima rodada de gTLDs. Nós temos que, ainda há muito material para pensarmos em formas de como equilibrar o interesse público, interesse comunitário, em relação a interesses puramente comerciais. Eu acho que há muitas questões que devem ser pensadas, eu não diria que o

---

GAC deve endossar todas, mas eu gostaria de incentivar todos, inclusive à mim mesmo e minha equipe para engajar nessas discussões tendo em mente essas ideias tão importantes que você trouxe para nós quando nós discutimos anteriormente sobre a rodada de novos gTLDs, a minha ideia era chamar à atenção de pensar mais sobre coisas que devem ser incorporadas no processo para garantir que o interesse público seja no final preservado. Eu acho que não se deve pensar que a mera expressão de gTLDs vai servir o interesse público, acho importante pesquisar algumas questões e vários aspectos que devem ser melhor trabalhados na próxima rodada.

EVE SALOMON:

Exatamente isso, não estamos dando todas as soluções, mas estamos dizendo que achamos que esse tipo de coisa deve ser discutido.

RÚSSIA:

Mais uma pergunta. Em primeiro lugar, muito obrigado pelo relatório, eu li e nos deu um insight muito útil, mas eu gostaria de perguntar qual é a sua expectativa. Você apresentou para nós o GAC, esse relatório do ponto de vista prático. Qual é o próximo passo, você está fornecendo isso apenas para enriquecer a nossa discussão sobre os processos ou você espera alguma resposta prática em relação a isso?

REINO UNIDO:

Muito obrigado, é uma pergunta muito boa para concluirmos essa sessão. Essa é a oportunidade usando essa pesquisa aprofundada do conselho europeu encomendada por este painel independente de especialistas para informar a comunidade, e esse feedback que tivemos do relatório em Hyderabad foi muito positivo. A comunidade de solicitantes que tem um interesse direto, digamos, nessas recomendações. O feedback foi muito bom, dissemos ao PDP como o GAC que revisamos as recomendações, em Hyderabad dissemos que leríamos os relatórios, as recomendações, muitos de vocês fizeram isso durante esse tempo, então podemos dizer agora que esse é o resultado de uma análise bastante ampla e detalhada de um observador do GAC, e agora então é responsabilidade do PDP levar em conta essas recomendações. A próxima etapa é de fato o PDP. Nós temos a oportunidade de ajudar o processo contribuindo com as discussões e se concentrando especificamente em algumas dessas recomendações. Esse seria o caminho a seguir.

IRÃ:

Gostaria de agradecer pelo relatório, pelo insight, pela pesquisa, mas eu acho que devemos levar em conta o que vamos fazer com isso. Uma forma seria que o GAC sugira a seus membros

---

que levem essas perguntas em consideração, e tomar as ações necessárias quando o PDP for colocado para comentários públicos, e a outra forma se vocês estiverem de acordo é dizer que o GAC recebeu o relatório e acha que pode ser interessante que o grupo de trabalho leve em consideração e tome alguma medida se considerar adequado e necessário. Nós não podemos dizer “Levar em conta”, muitos são muito diferentes, muito difíceis, não se pode pedir que o GAC ou ALAC façam objeções, você não pode pedir que qualquer organização intergovernamental, internacional faça objeções quanto ao uso de DNS, que é o gTLD. Nós devemos ter muito cuidado em relação a tomar qualquer medida considerada apropriada. Eu acho que devemos sugerir aos membros que levem em consideração e levantem ou comentem o que achem necessário no período de comentários públicos.

Nós vamos considerar isso com cuidado, mas até agora a gente não teve tempo, a gente estava todo esse tempo envolvido com a transição, muitos de nós nunca leram esse documento, alguns leram esse documento mas temos 47 países aqui e muitos podem não ter lido, então não podemos dizer que o GAC considerou cuidadosamente esse relatório, acho que a gente não pode dizer isso.

---

EVE SALOMON: Exatamente o que falei no início, estamos pedindo que o GAC endosse as recomendações. Nós só pedimos, na verdade, que essas recomendações sejam levadas em consideração no PDP.

MARK CARVELL: Obrigado, vamos enviar uma minuta do texto para o comunicado, mas suas sugestões são muito úteis.

EUROPEAN BROADCASTING UNION: Brevemente eu gostaria de chamar a atenção para alguns pontos. Eu acho que a comunidade e os nomes geográficos que fazem sentido, não devemos ter 20 sites com endereços assim muito elaborados. Como eu moro em Paris, vou receber esse endereço .Paris, e acho que é importante fazer parte disso, mas estamos discutindo outras coisas que devem ser consideradas e que são transversais, mas acho que a primeira coisa que temos que discutir é o interesse público. Houve certa confusão sobre qual era o papel das organizações internacionais. Vou dar um exemplo muito bobo do que entendo que é isso, para explicar o que significa esse estudo. No processo atual, quando a federação de Rugby solicitou o nome .Rugby, eles tiveram que apresentar uma carta de endosso da sua candidatura de todas suas federações do mundo, então a gente tem que ter 180 cartas de apoio de uma candidatura, então você diz para o IOC, “nós representamos o Rugby, representamos

---

essa comunidade, não precisa reinventar a roda porque estamos falando no mundo online que é diferente do mundo real”. E o último ponto que a solução mais simples é dizer que a comunidade deve ser sem fins lucrativos. Se você eliminar o fato de que você ganha dinheiro com isso e que o dinheiro é ganho principalmente através de leilões, se você eliminar isso, então você não teria mais interesse da comunidade real para solicitar um TLD como comunidade.

Então, se você vai para a comunidade então na verdade o que se quer é determinar que as comunidades façam isso apenas, na verdade o que queremos é que as comunidades façam isso não pelo lucro, e com isso poderíamos então eliminar os especuladores. Eu acho que isso poderia ser levado em consideração.

MARK CARVELL:

Algum outro comentário? Espanha, e depois temos que encerrar.

ESPAÑA:

Muito obrigada por esta apresentação. Eu gostaria de dizer que é uma pena que o GAC não possa endossar, sei que vocês não estão pedindo nosso endosso, hoje a tarde foi nos dito que o GT sobre as rodadas subsequentes de gTLDs gostaria de ter

---

recomendações mais detalhadas ou mais práticas do GAC, e achamos que o conselho europeu fez isso para nós. Esse comitê independente fez essa excelente pesquisa e recomendações bastante específicas e claras, e acho uma pena, gostaria de dizer que acho uma pena que o GAC não possa endossar isso como grupo, porque isso faria com que as recomendações fossem mais fortes.

MARK CARVELL:

Obrigado, Gema. Agradeço e acho que vocês aqui merecem o aplauso pelo seu trabalho.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, e obrigado pelo seu trabalho, em primeiro lugar esse relatório foi publicado desde novembro. EU acho que nossa vida seria muito mais fácil se a gente discutisse os documentos só depois de 4 meses. O endosso não é necessariamente a questão aqui, esses são pontos úteis para a discussão no PDP, e podemos sempre no final quando formos convidados a fazer comentários, então eu recomendaria aos membros do GAC que possam utilizar esses pontos do relatório, porque esse trabalho foi muito importante e o GAC poderia enviar esse documento formalmente para que o PDP o considere, não julgar cada recomendação individualmente, mas utilizar esse relatório como contribuição substantiva na discussão.

---

Apoiando a revisão dos mecanismos da comunidade, especialmente levando em consideração a insatisfação do GAC quanto aos mecanismos para solicitação da comunidade da sua implementação. Acho uma consequência lógica tentar ir ao GNSO com ideias mais substanciais. Mas, é difícil endossar o texto como um todo, por causa das recomendações que teríamos que discutir uma a uma, mas acho que é uma contribuição importante, foi muito útil e agradeço ao conselho europeu, temos que encerrar aqui porque o GT de segurança pública está esperando, temos outra sessão de gTLDs para continuar essas discussões, muito obrigado e vamos sair da sala para o GT de segurança pública, e não esqueçam que às 9 temos queijo, desculpem, não é às 9, são 7 da noite na verdade.